

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

•
Número Especial

*Actas do II Colóquio
sobre a Investigação e o
Ensino da Antropologia
em Portugal*

Vol. 7
1989

MUSEU E LABORATÓRIO ANTROPOLÓGICO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Utilização de Fontes Históricas na Investigação Antropológica: O Caso de Indonésia

Maria Johanna C. S. Patuleia *

1. Introdução

A maior parte dos antropólogos hoje estão convencidos que é essencial conhecer a história da sociedade que está a ser estudada - seja qual for o tipo de sociedade - ou, pelo menos, os antecedentes históricos de fenómenos essenciais. Para isto, a consulta dum livro geral sobre a história - se existisse - não é suficiente, mas até as próprias fontes "primárias" têm que ser investigadas.

Nesta comunicação, quero discutir algumas destas fontes, e indicar como as utilizei na minha pesquisa antropológica. Esta investigação teve lugar na Indonésia, e parte desta comunicação diz respeito àquele país. Acho isto justificado, embora o tema deste colóquio seja "a Antropologia em Portugal". Se vou comunicar alguns dos meus métodos e experiências, isto é com a ideia, que estes não só limitados a sociedades em Indonésia. Aliás, existe uma relação histórica especial entre Portugal e Indonésia, que merece ser salientada justamente neste ano, em que os "Descobrimentos" são comemorados. Com referência à história da Indonésia, vou prestar, porém, mais atenção à época dita "colonial", na qual os laços entre Portugal e a Indonésia já eram reduzidos. Mas talvez as observações sobre o funcionamento da Holanda convida a uma comparação com Portugal, como potência colonial.

Para começar, porém, vou fixar-me na relação entre ambas as disciplinas.

2. Antropologia e História: convergências e divergências

Para um bom estudo antropológico, o elemento diacrónico tem interesse vital: fenómenos sociais só se podem manifestar no decorrer do tempo. Pensamos aqui em temas como "o matrimónio" com o princípio da reciprocidade, comum a muitas sociedades, que se estende frequentemente sobre muitos anos; a vida política na qual a sucessão de funções desempenha papel central; a vida económica com o ciclo da colheita que

* Universidade da Beira Interior. Covilhã.

também pode alterar-se de ano para ano.

Neste contexto, significativo é o seguinte episódio: o conhecido historiador holandês Johan Huizinga propôs, nos anos de 1930, Malinowski como sócio da Associação Histórica Holandesa. Isto aconteceu, não porque Malinowski tenha feito um estudo "tradicionalmente" histórico dos Trobriand - sabemos que não é o caso, e que nunca quereria fazê-lo ! -, mas porque as suas descrições etnográficas reflectiram de maneira brilhante uma fase da história da sociedade Trobriand.

Deste modo, encaramos a história no sentido de "acontecimento histórico", ou, melhor, como "processo, alguma coisa que se passa no decorrer do tempo". Mas, se considerarmos a história como "a disciplina histórica com as suas questões, métodos e abordagem específica, verifica-se que durante muito tempo os antropólogos lhe atribuíam pouco valor, especialmente os funcionalistas (dos quais o Malinowski, tão admirado por Huizinga, era um representante prominente !). As razões dos funcionalistas para isso são suficientemente conhecidas, e aliás podem derivar-se das afirmações teóricas deles.

Por outro lado, com os historiadores, o interesse e o amor para a antropologia eram mínimas. Ambas as disciplinas andaram assim de costas voltadas uma para a outra, e por culpa delas próprias. Apesar das numerosas convergências entre ambas.

Estas convergências encontram-se, em primeiro lugar, no objecto de estudo: a sociedade humana em todas as suas facetas, e frequentemente uma sociedade da qual o próprio investigador não faz parte. Mas além disso, há semelhanças na maneira como abordam os temas. A antropologia distingue-se dentro das ciências sociais pela utilização relativamente modesta do método de pesquisa dito "exacto" - e mais pela aplicação extensiva, durante a investigação e a elaboração dos dados, do "sentimento", da "intuição". Sobre a desejabilidade destas características, as opiniões dentro do mundo antropológico são divergentes! Dá grande atenção aos pormenores, e aspira a descrições exactas. Nestas características, a antropologia aproxima-se da história.

É claro que existem, exactamente dentro destas convergências, diferenças evidentes, ao menos entre os especialistas tradicionais de ambas as disciplinas. O problema já foi posto, duma maneira saliente e certamente um pouco exagerado, da seguinte maneira: O antropólogo pergunta: Como é que fenómeno X é constituído, enquanto o historiador pergunta: o que é conhecido sobre fenómeno X? (1)

O antropólogo utiliza teorias e conceitos, e tenta muitas vezes formular generalizações a partir de conclusões deduzidas duma investigação. A antropologia também tem muitas vezes uma perspectiva comparativa: os fenómenos, ou as relações entre fenómenos, encontrados noutras sociedades, podem ajudar o antropólogo a compreender possíveis relações na como instrumento heurístico. E, quanto à atenção aos pormenores: o antropólogo vê sempre o contexto, o todo maior, dentro do qual estes pormenores se dão. Isto ajuda a explicação, enquanto por outro lado estes pormenores podem servir para tornar mais compreensível o todo. Isto é a perspectiva "holística".

(1) BLOK, ANTON: "Inleiding". Tijdschrift voor Sociale Geschiedenis 6 (1980): 101-111; p. 104.

Nas últimas décadas, a antropologia e a história tornaram-se mais abertas uma com a outra, e às abordagens respectivas. A aproximação e às vezes a cooperação tornou-se um facto. Da recente aliança fecunda há inúmeras testemunhas, em revistas, monografias e outros estudos.

3. O método histórico

O estudo da história, na minha opinião, tem sempre que ser parte integral do trabalho antropológico, embora a maneira como este se realiza dependa do objectivo, e do tema da investigação.

Um antropólogo que faz um estudo do passado, tem que aplicar - em parte - o método de trabalho dos historiadores. Não se pode comparar com um historiador de profissão que obteve um treino intensivo. Os antropólogos estão geralmente interessados em pequenas comunidades: eles podem-se limitar ao estudo da história local, ou da história da vida quotidiana. Ao pensar nas fontes escritas, especialmente de arquivos, os relatórios de tribunais, ou as crónicas de conventos, poderiam fornecer boa informação. Isto é o caso no mundo ocidental; mas também sobre o mundo não-ocidental, existe mais material escrito do que se pensava anteriormente - graças, principalmente, às administrações coloniais, e às missões cristãs.

Os "participantes" (os próprios inquiridos) também constituem uma fonte de valor sobre assuntos do passado. Fornecem-nos a "história oral". Contra este tipo de fontes históricas levantam-se várias objecções. Uma delas é a falta da chamada "consciência histórica" dos participantes; em muitas culturas eles exprimem-se em termos de ciclos de colheita ou de vida, de fenómenos astronómicos, etc. Este problema na maior parte das culturas pode ser resolvido, sempre que o investigador faça algum esforço.

Outra objecção possível à história oral é a medida correcta, na qual os participantes contam os factos. A causa dum possível distorção pode ser esquecimento ou ignorância -ou, também, a distorção propositada dos factos. O informante quer favorecer a sua ascendência, o seu grupo tribal ou a sua religião, escondendo aspectos menos positivos. Verifica-se nisto que o passado tem uma função para o presente, e somente isto seria razão suficiente para um antropólogo estar interessado nas histórias contadas pelos informantes.

Mas ficou sem resposta a questão relativa ao "teor da verdade" da história oral. Algumas vezes é possível avaliar a verdade contada pelos informantes comparando-a com outras histórias, ou com fontes escritas. Se se verificam "discrepâncias" entre ambos os tipos de fontes, é natural que nos inclinamos para procurar a "distorção" dos factos em primeiro lugar naqueles que fornecem a informação oral, mais do que naqueles que a transmitiram escrita. Muitas vezes é assim, mas entretanto temos que nos realizar que também esta categoria - dos "escritores" - não era isenta de preconceitos ou enganos, sejam deliberados ou não. Também eles viam só um lado da "realidade". Portanto, não condenemos apressadamente a aquisição de informação histórica através de fontes orais.

4. Indonésia - uma vista de olhos à história e às fontes históricas

A história escrita dos povos, do que hoje se chama Indonésia começa muito antes dos contactos com os Europeus. Várias culturas (por exemplo Java e Bali) conheceram uma escrita, e além disso Chineses visitantes registaram vários assuntos, posteriormente também comerciantes árabes. Os primeiros Europeus que alcançaram o arquipélago foram os Portugueses. Ainda hoje as reminiscências à época portuguesa em Indonésia são numerosas: na língua em apelidos, até em certas formas de música. Sobre este período, existem fontes históricas nos arquivos de Portugal e das missões católicas.

No século XVII era a VOC (Companhia das Índias Holandesas) que obteve o monopólio de comércio no arquipélago, em algumas regiões até a soberania. Depois da era de Napoleão, em vez desta companhia comercial, o Estado Holandês exerceu influências ou poder nestas regiões. Ainda estendeu o seu poder, de maneira que por volta de 1900 todo o território da actual Indonésia era dominado pelos Holandeses. Existiu nestas "Índias Orientais Holandesas" um sistema governamental hierárquico que implicava uma troca de correspondência extensiva entre os vários níveis da administração. Devido à democracia parlamentar na Holanda (desde 1848), o Ministro dos Assuntos Coloniais tinha que estar bem à altura dos acontecimentos Ultramarinos, e por isso recebia relatórios extensivos.

Esta correspondência e documentação está em grande parte conservada, e agora constitui uma fonte principal para aqueles que estão interessados na história da Indonésia. Para o estudo da história local os arquivos de níveis administrativos locais tem um valor incalculável. Além dos arquivos do governo, há aqueles das organizações particulares, tal como empresas e as missões protestantes e católicas.

O material dos arquivos é a fonte mais indicada para o investigador histórico, mas existem naturalmente, fontes publicadas. Entre as publicações da época colonial, há milhares dum carácter científico também na área das ciências humanas: história, etnografia, linguística. Como foi o caso com outros poderes coloniais, o governo holandês mesmo precisava de investigações neste terreno para exercer a sua autoridade sem provocar grandes turbulências. Daqui também a longa e rica tradição na Holanda na área da antropologia.

É natural, que a informação dessa época seja diferente para as várias sociedades e culturas da Indonésia - o nível e o volume eram dependentes da duração, do carácter e da intensidade dos contactos dessas sociedades com a Europa.

5. A Minahasa

Como exemplo queria agora salientar uma região que de facto satisfaz todas as condições para ser durante séculos o sujeito de fontes escritas, publicadas e não publicadas - a região da minha própria pesquisa.

É a Minahasa, uma região no norte da Ilha das Celebes (agora chamada Sulawesi). Aqui, os Portugueses e os Espanhóis desembarcaram nas suas viagens às Molucas. Aqui também a Companhia das Índias Holandesas tinha desde 1655 um ponto de apoio e depois exercia lá de facto a soberania. Deste tempo, ficou algum material de arquivo, e existem descrições exactas da cultura e da sociedade local.

No século XIX, foi uma das poucas regiões, fora de Java, onde o governo Holandês exercia uma administração directa. Enviaram-se para esta região muitos funcionários públicos que cada um detinha autoridade sobre uma relativamente pequena região administrativa. Eles puderam observar intensivamente os homens e os acontecimentos dessa altura.

Uma das razões desta atenção excepcional pelo governo para esta região relativamente pequena, e distante do centro administrativo Java, era o bom café e o valor deste no mercado mundial. A população indígena era obrigada a cultivar grandes quantidades deste produto, e seguidamente vend-lo ao governo a preços muito abaixo do valor de mercado.

Para controlarem bem este sistema, e todas aquelas medidas relacionadas com a produção do café - tais como a construção de estradas e pontes -, eram necessários funcionários holandeses. Não é difícil de adivinhar quais os temas predominantes da sua correspondência e dos relatórios.

Além de funcionários públicos, a Minahasa foi habitada por um outro importante grupo de Europeus: os missionários protestantes, e, mais tarde, os católicos. O resultado da presença deles não foi só, que toda a população desta região durante o século XIX foi cristianizada, mas também a existência, agora, duma grande quantidade de documentação escrita por eles. Esta tem uma relação principalmente com trabalhos de acção missionária, no dia a dia com a população, e constitui por isso uma rica fonte de história local. Um outro efeito desta acção foi a extensão do ensino. Assim estamos nas circunstâncias felizes que também os próprios Minahasas começaram a escrever num estádio muito cedo, - embora isto fosse a pequena fracção comparado com o material escrito pelos Europeus. Sob a redacção missionários foi editada desde 1869 uma revista regional, na qual aparecem frequentemente comunicações da população indígena. Embora estas, naturalmente, fossem seleccionadas de antemão pela redacção, oferece-nos esta revista bastante informação, quer sobre a situação a nível local, quer o que é que ocupava os Minahasas, ou melhor ditó, a elite intelectual entre eles, naquele tempo. Desde o princípio do século XX começaram os Minahasas cada vez mais - em várias revistas - a publicarem de uma forma independente, embora o governo Holandês pusesse limites a essa independência. A ênfase aqui situa-se duma maneira diferente do que é compreendida pelos observadores holandeses. Os Minahasas abordavam questões que lhes diziam respeito, e que eles achavam para si próprios de muita importância, como por exemplo as relações de parentesco.

O tema da minha investigação refere-se à mobilidade social num conjunto de comunidades locais. Este fenómeno estudei-o de duas maneiras:

Primeiro, procurei padrões de mobilidade, em tempos remotos e presentes; e segundo, tracei alguns processos específicos de mobilidade, que começaram, no meu caso, no século XIX, e continuam até aos dias de hoje.

Pode-se dizer que no primeiro ponto domina a abordagem antropológica de "padrão" e "estrutura", e no segundo ponto a abordagem histórica de "processo". Mas em ambos fiz tanto um trabalho de campo "antropológico" uma investigação "histórica".

Na procura dos padrões nos tempos passados, perguntava-me a mim própria, como era então a estratificação, a diferenciação, e segundo quais critérios. Quais foram as maneiras mais comuns para um indivíduo ou um grupo de mudar de posição?

Principalmente com ajudas de fontes escritas etnográficas, que eu tirei de publicações e de arquivos, pude estabelecer diferentes padrões: o período pré-colonial (mais ou menos o século XVIII): o século XIX quando o sistema colonial se impôs fortemente sobre a população; e a fase final do período colonial. Para os padrões do quarto período, as décadas recentes, deixei-me "arrastar" no trabalho de campo.

O que diz respeito ao segundo ponto, os "processos", pesquisei a história de determinados grupos de parentesco, desde o século XIX. Os dados escritos que diziam respeito a isto, consegui extrair dos arquivos; aqui os nomes das pessoas são mencionados, enquanto nas publicações isto acontece muito menos. Muito valiosos foram os registos dos casamentos e baptizados, que devemos à acção missionária e que uma parte deles ainda se encontra nas igrejas locais. Além disso encontram-se inscrições nos túmulos que me deram boas informações. Tais objectos, de cultura material, são em si já interessantes, mas obtêm um valor maior quando são postos dentro dum contexto, e quando são acompanhados por esclarecimentos de participantes de hoje. (Existem na Minahasa objectos e partes de edifícios antigos que segundo os habitantes datam da época Portuguesa).

É claro que para as histórias de famílias também utilizei o método genealógico, que podemos considerar quer como uma técnica antropológica quer como uma forma de história oral. Entre estas histórias até registei as qualidades prodigiosas que os avós e bisavós possuíam.

Na minha procura da história oral também aponte histórias de aldeias ou de quintais, relatos sobre o quotidiano no princípio do século, feitos heróicos durante as guerras, etc.

O tema da minha investigação abrange um período até hoje. Sobre o período depois de 1942 não consultei nenhuns arquivos. Mas geralmente pude, para este período em particular, referir-me às fontes orais e à informação complementar, e à minha pesquisa "antropológica".

A aplicação de métodos antropológicos significa que eu habitava e vivia com as pessoas, fazia recenseamentos e entrevistas, procurava padrões nas relações inter-pessoais, e daí também compreendia melhor os fenómenos no passado a nível local.

Mas, a técnica antropológica de "observação participante" tornou-se para mim também uma técnica histórica de muito valor.

Com base na situação geográfica, e a vida quotidiana da população rural de hoje em dia, era mais fácil de perceber em que circunstâncias as pessoas viviam anterior-

mente, especialmente na era colonial; aonde estavam situadas as plantações de café em terrenos tão difíceis e distantes; quais as circunstâncias nas quais as crianças nasciam, cresciam e muitas vezes morriam prematuramente.

Por outro lado, os meus conhecimentos adquiridos antes do trabalho de campo através de fontes escritas no que diz respeito ao passado e situações anteriores demonstravam-me bons serviços também no trabalho de campo. Eles faziam com que eu estivesse menos admirada em relação a esta região que nunca tinha visitado e tinha também já acumulado uma "bagagem" de conhecimentos. Assim eu pude conhecer melhor o presente através do passado, tanto como a investigação da situação actual me ajudou a perceber o passado.